

PROJETO DE LEI Nº 69, de 14 de Julio de 2015.

Autoriza a concessão de subvenção de natureza cultural as entidades que menciona.

#### O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1º O Executivo Municipal fica autorizado a conceder, com base no art. 16 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, subvenção para as entidades relacionadas no Anexo I da presente Lei, mediante convênio ou instrumento congênere, a ser firmado nos termos da legislação vigente, no montante total de até R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil Reais), para o exercício de 2015.
- § 1º A subvenção prevista para a entidade correrá à conta da dotação orçamentária prevista na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA).
- § 2º A contrapartida da entidade obedecerá ao previsto no projeto e no respectivo convênio ou instrumento congênere.
- Art. 2º A subvenção, que trata o art. 1º desta Lei, tem por finalidade subsidiar despesas de custeio, administração e implementação de ação educacional e cultural em conformidade com o respectivo projeto e plano de aplicação de recursos, no âmbito municipal, para o qual será liberado repasse no curso do exercício respectivo, em conformidade com os respectivos instrumentos de convênios.
- **Art. 3º** Quando celebrado convênio deverá observar, tanto para a liberação do repasse ou da subvenção pleiteada, quanto para a respectiva prestação de contas, o que se contém no Manual para Concessões Sociais e de Prestação de Contas instituído pelo Decreto n.º 2.336/2005, de 12 de dezembro de 2005, ou outro que vier a substituí-lo.
- § 1º Ficam as Entidades obrigadas a manter conta bancária específica em instituição oficial, para o recebimento e movimentação do valor correspondente à subvenção a ser repassada.



§ 2º Os valores recebidos e não utilizados em período igual ou superior a 30 (trinta) dias devem ser

aplicados em caderneta de poupança, em instituição bancária oficial.

 $\S$  3° Os rendimentos das aplicações financeiras devem fazer parte integrante da prestação de contas, bem

como aplicados em sua totalidade no objetivo desta subvenção, estando sujeitos às mesmas condições de

prestação de contas exigidas dos recursos originalmente recebidos.

§ 4º Compete às respectivas Secretarias a fiscalizar o uso da verba prevista nesta Lei.

§ 5º O prazo para prestação de contas dos recursos liberados atenderá ao estabelecido no artigo 1º, VI,

"6", do Decreto n.º 2.336/2005, ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 4º A qualquer tempo, verificada a desdestinação na aplicação do recurso financeiro, poderá ser

cancelada a sua liberação.

Art. 5º Caso o recurso venha a ser utilizado em finalidade diversa da estabelecida nesta Lei e/ou a

prestação de contas não for apresentada no prazo exigido, ou, ainda, resultar rejeitada, bem como, deixar

de ser executado o objeto do contrato ou convênio, total ou parcialmente, ressalvadas as hipóteses de caso

fortuito ou força maior devidamente comprovada as Entidades deverão restituir o valor transferido,

acrescido de juros e correção monetária, segundo o índice oficial, a partir da data do seu recebimento, ao

Município.

Art. 6º A Entidade beneficiária deverá afixar placa na entrada principal de sua sede e/ou nos locais de

atuação, contendo:

I - o valor do repasse financeiro anual;

II - o objetivo do repasse;

III – o número do convênio e da respectiva lei autorizativa;

IV – a origem executiva do repasse;

V – o responsável pela fiscalização; e

VI – o número de telefone para acesso do público às demais informações ou denúncias de desvio de

finalidade.

§ 1º No rodapé da placa, constarão os dizeres "Esta Entidade recebe Recursos Públicos do Município de

Novo Hamburgo para a consecução de objetivo social. Você, cidadão, é responsável pela fiscalização da

correta aplicação desses recursos. Denuncie qualquer desvio de sua finalidade."



§ 2º A Entidade beneficiária deverá, igualmente, divulgar através da rede mundial de computadores – internet – os dados e informações elencadas nos incisos e parágrafo antecedentes, em sítios próprios ou

em sítios de acesso público ou coletivos.

Art. 7º A placa deverá proporcionar condições de leitura a distância, com tinta refletiva à luz, não

podendo ser inferior a 2,00 m² (dois metros quadrados), devendo ser mantida íntegra enquanto perdurar o

repasse financeiro ali retratado.

Art. 8º A fixação da placa constitui condição à liberação dos valores conveniados ou de outra forma

repassados à Entidade beneficiária.

Parágrafo único. A retirada ou inutilização da placa importará na imediata suspensão dos repasses dos

recursos públicos e na rescisão do convênio ou contrato.

Art. 9º Caso a Entidade beneficiária restar enquadrada no Parágrafo Único do art. 8º retro, ficará proibida

de receber recursos públicos do Município de Novo Hamburgo pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, e

somente poderá voltar a recebê-los, passado este prazo, se reabilitada por lei autorizativa específica.

Art. 10. Para suportar as despesas previstas nesta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado destinar

dotações orçamentárias próprias, previstas na Lei Orçamentária Anual de 2015, podendo utilizar-se da

edição de decretos executivos para abertura de créditos adicionais especiais e/ou suplementares, até o

montante previsto no art. 1°.

§ 1º Na hipótese das entidades não apresentarem a documentação necessária, desistirem na obtenção dos

recursos, não preencherem os requisitos, fica o Poder Executivo, mediante Decreto, realocar os recursos

em outras dotações e, caso atingido o limite, os recursos serão destinados à conta de Recurso Livre,

podendo ainda, serem inscritos como restos a pagar para o próximo exercício.

§ 2º No caso dos projeto ou planos de aplicação ultrapassarem o exercício, poderá o Poder Executivo

inscrever os créditos no exercício posterior, conforme previsão nas respectivas Leis Orçamentárias

Anuais.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO, aos dias do mês de do

ano de 2015.



Prefeito do Município de Novo Hamburgo

Registre-se e Publique-se.

Secretária Municipal de Administração



### Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo Estado do Rio Grande do Sul Secretaria Municipal de Administração - SEMAD NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

### Anexo I

# Edital Teatro aos Domingos de Ocupação do Teatro Carlos Magno:

Projeto	Autor	CNPJ / CPF	Pontuação	Valor
Latinos	Renato Cegantini de Morais	040.022.859-95	95	R\$ 3.000,00
Concerto das Meninas Cantoras	Associação das Meninas Cantoras	21.310.801/0001-23	81,5	R\$ 3.000,00
Gravação de DVD sobre o 20 de Setembro	CTG Porteira Velha	88.232.707/0001-74	77,5	R\$ 3.000,00
As Cinco Pontas de uma Estrela Torta	Produções Fulber	17.847.814/0001-69	77,5	R\$ 3.000,00
Quadra Milionária	Márcia Regina Damasceno	135.387.480-04	72,5	R\$ 3.000,00
A Batalha Mágica	Associação Pintando o Sete	07.522.654/0001-24	55,5	R\$ 3.000,00
Show Orquestra Celestial do Livre Arbítrio	Pedro Schneider	016.421.870-03	50	R\$ 3.000,00
TOTAL				R\$ 21.000,00

# Edital de Estímulo Cultural e Artístico:

Projeto	Autor	CNPJ / CPF	Pontuação	Valor
O Berimbau Chamou	Davi Ernani de Souza	682.341.040-04	80,33	R\$ 5.000,00
Novo Hamburgo O Caminho das Cores	Ariadne Decker	389.384.130-04	76	R\$ 5.000,00
I Edição Audiovisual NH – Concurso de Roteiro Audiovisual e Workshop com mostra de Cinema Independente	Andrey Dy	658.332.520-91	73,33	R\$ 5.000,00
Música no Bairro	Associação das Meninas Cantoras	21.310.801/0001-23	73	R\$ 3.000,00
Primeiro Festival de Rock Solidário Cidade de NH	Nelci José de Oliveira Reis	179.158.210-91	62,33	R\$ 5.000,00
Meu Ritmo é Esse	Mônica Graziele dos Santos	017.608.050-33	60	R\$ 5.000,00
Vozes da América Porteira da Liberdade	CTG Porteira Velha	88.232.707/0001-74	50,66	R\$ 5.000,00
Quintas ao Teatro	Associação Pintando o Sete	07.522.654/0001-24	50	R\$ 5.000,00
TOTAL				R\$ 38.000,00